

Banco Votorantim S.A.

**Demonstrações Contábeis
Consolidadas -
Conglomerado Prudencial
em 30 de junho de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial	3
Balanço Patrimonial Consolidado - Conglomerado Prudencial	5
Demonstração do Resultado Consolidada - Conglomerado Prudencial	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada - Conglomerado Prudencial	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada - Conglomerado Prudencial	8
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Votorantim S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Votorantim S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 3.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 3 e 4, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 3 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 3 às referidas demonstrações contábeis, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Votorantim S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 6 de agosto de 2015.

São Paulo, 25 de agosto de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Banco Votorantim S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	30.06.2015	30.06.2014		30.06.2015	30.06.2014
ATIVO CIRCULANTE	55.824.226	48.717.527	PASSIVO CIRCULANTE	62.296.718	58.641.239
Disponibilidades (Nota 5)	220.552	118.732	Depósitos (Nota 17a)	3.532.212	4.369.076
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6a)	18.033.918	6.322.456	Depósitos à vista	78.453	164.981
Aplicações no mercado aberto	16.233.987	4.928.347	Depósitos interfinanceiros	674.112	1.068.818
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.799.931	1.394.109	Depósitos a prazo	2.779.647	3.135.277
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	9.742.202	14.577.631	Captações no Mercado Aberto (Nota 17c)	27.926.243	23.244.475
Carteira própria (Nota 7a)	3.689.959	9.728.555	Carteira própria	21.418.839	19.116.671
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 7a)	4.702.012	3.552.410	Carteira de terceiros	6.307.448	3.731.343
Vinculados à prestação de garantias (Nota 7a)	976.325	896.755	Carteira de livre movimentação	199.956	396.461
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7d)	446.011	472.494	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 19)	13.342.789	12.800.989
(Provisão para desvalorização de títulos livres) (Nota 7a)	(72.105)	(72.583)	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	7.133.783	10.217.180
Relações Interfinanceiras	58.861	108.581	Recursos de debêntures	281	1.506.778
Pagamentos e recebimentos a liquidar	200	349	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	6.208.725	1.046.464
Créditos vinculados (Nota 8a)	44.280	63.729	Certificados de operações estruturadas	-	30.567
Depósitos no Banco Central	44.280	63.729	Relações Interfinanceiras	982	2.416
Repasses interfinanceiros	14.271	43.321	Recebimentos e pagamentos a liquidar	982	2.416
Correspondentes	110	1.182	Relações Interdependências	56.327	43.366
Relações Interdependências	-	1.377	Recursos em trânsito de terceiros	55.345	41.908
Transferências internas de recursos	-	1.377	Transferências internas de recursos	982	1.458
Operações de Crédito (Nota 9a)	22.536.801	23.872.365	Obrigações por Empréstimos (Nota 18a)	2.446.887	1.602.129
Setor público	55.287	30.639	Empréstimos no país - outras instituições	1.912	3.835
Setor privado	17.171.313	21.957.257	Empréstimos no exterior	2.444.975	1.598.294
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para operações de crédito)	(2.063.022)	(2.759.342)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 18b)	1.098.091	1.338.885
Operações de Arrendamento Mercantil	(8.561)	(22.586)	Tesouro Nacional	52.460	72.476
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 15b)	180.772	432.140	BNDES	621.796	728.299
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil (Nota 15b)	(173.134)	(418.774)	Finame	423.835	538.110
Adiantamentos a fornecedores	2.915	4.375	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7d)	964.466	665.656
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 9a)	(19.114)	(40.327)	Outras Obrigações	12.928.721	14.574.247
Outros Créditos	5.069.637	3.562.482	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	19.889	10.409
Carteira de câmbio (Nota 11a)	2.060.591	1.707.735	Carteira de câmbio (Nota 11a)	1.363.046	985.225
Rendas a receber	14.367	20.534	Sociais e estatutárias	110.269	104.811
Negociação e intermediação de valores	238.474	159.111	Fiscais e previdenciárias (Nota 20a)	260.668	683.300
Diversos (Nota 10)	2.991.190	2.360.136	Credores por antecipação de valor residual	114.170	827.832
(Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(234.985)	(685.034)	Negociação e intermediação de valores	282.633	125.327
Outros Valores e Bens (Nota 12)	170.816	176.489	Dividas subordinadas (Nota 20b)	-	2.271.091
Bens não de uso próprio e materiais em estoque	156.358	127.940	Diversas (Nota 20d)	10.778.046	9.566.252
(Provisão para desvalorizações)	(33.050)	(30.256)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	41.210.640	32.288.078
Despesas antecipadas	47.508	78.805	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	33.332.449	32.259.285
ATIVO NÃO CIRCULANTE	47.683.132	49.798.365	Depósitos (Nota 17a)	1.501.696	1.509.206
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	46.898.551	47.784.169	Depósitos interfinanceiros	1.097.085	956.145
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6a)	173.903	237.647	Depósitos a prazo	404.611	553.061
Aplicações no mercado aberto	4.421	11.526	Captações no Mercado Aberto (Nota 17c)	10.469	2.586.149
Aplicações em depósitos interfinanceiros	169.482	226.121	Carteira própria	8.771	2.574.480
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	15.984.233	15.901.487	Carteira de livre movimentação	1.698	11.669
Carteira própria (Nota 7a)	6.442.653	5.291.922	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 19)	10.348.702	10.659.624
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 7a)	6.979.091	7.591.191	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	9.360.819	5.601.247
Vinculados à prestação de garantias (Nota 7a)	1.632.250	2.372.210	Recursos de debêntures	-	505
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7d)	977.029	649.974	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	987.883	5.057.872
(Provisão para desvalorização de títulos livres) (Nota 7a)	(46.790)	(3.810)	Obrigações por Empréstimos (Nota 18a)	683.370	1.890
Operações de Crédito (Nota 9a)	23.931.857	24.191.682	Empréstimos no país - outras instituições	-	1.890
Setor público	531.947	410.598	Empréstimos no exterior	683.370	-
Setor privado	16.728.944	18.694.093	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 18b)	2.591.601	2.717.247
Operações de crédito vinculadas a cessão (Provisão para operações de crédito)	(7.631.232)	(6.064.264)	Tesouro Nacional	5.736	8.260
(960.266)	(977.273)		BNDES	1.220.593	1.471.058
Operações de Arrendamento Mercantil	(4.420)	(10.248)	Finame	1.365.272	1.237.929
Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 15b)	90.105	157.452	Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7d)	683.356	600.826
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil (Nota 15b)	(87.792)	(153.733)	Outras Obrigações	17.513.255	14.184.343
Adiantamentos a fornecedores	577	1.075	Fiscais e previdenciárias (Nota 20a)	712.755	863.947
(Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 9a)	(7.310)	(15.042)	Negociação e intermediação de valores	157.384	95.196
Outros Créditos	6.341.570	6.792.532	Credores por antecipação de valor residual	25.621	213.482
Créditos por avais e fianças honrados	46.613	628.375	Dividas subordinadas (Nota 20b)	6.498.894	5.291.448
Carteira de câmbio (Nota 11a)	934	1.483	Instrumentos de dividas elegíveis a capital (Nota 20c)	669.531	113.733
Rendas a receber	1.222	541	Diversas (Nota 20d)	9.449.070	7.606.537
Negociação e intermediação de valores	493	203	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	31.125	28.793
Diversos (Nota 10)	6.831.992	6.163.519	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.847.066	7.586.575
(Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(539.684)	(1.589)	Capital	7.483.754	7.125.761
Outros Valores e Bens (Nota 12)	471.408	671.069	De domiciliados no País	7.483.754	7.125.761
Despesas antecipadas	471.408	671.069	Reservas de Capital	372.120	372.120
PERMANENTE	784.581	2.014.196	Reservas de Lucros	38.512	14.622
Investimentos	233.551	226.920	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23d)	(301.707)	(203.743)
Participações em controladas (Nota 13a)	172.476	165.374	Lucros ou Prejuízos Acumulados	254.387	277.815
No País	172.476	165.374	Imobilizado de Uso (Nota 14)	93.673	89.399
Outros investimentos (Nota 13b)	104.859	104.940	Outras imobilizações de uso	235.733	223.151
(Imparidade acumulada) (Nota 13b)	(43.784)	(43.394)	(Depreciação acumulada)	(142.060)	(133.752)
Imobilizado de Uso	93.673	89.399	Imobilizado de Arrendamento (Nota 15a)	365.277	1.609.564
Outras imobilizações de uso	235.733	223.151	Bens arrendados	769.697	2.109.008
(Depreciação acumulada)	(142.060)	(133.752)	Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279
Imobilizado de Arrendamento	365.277	1.609.564	Depreciações acumuladas	(577.671)	(1.712.723)
Bens arrendados	769.697	2.109.008	Intangível (Nota 16)	51.970	40.679
Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279	Ativos intangíveis	124.521	74.796
Depreciações acumuladas	(577.671)	(1.712.723)	(Amortização acumulada)	(48.437)	(27.702)
Intangível	51.970	40.679	(Imparidade acumulada)	(24.114)	(6.415)
Ativos intangíveis	124.521	74.796	Diferido	40.110	47.634
(Amortização acumulada)	(48.437)	(27.702)	Gastos de organização e expansão	41.347	41.762
(Imparidade acumulada)	(24.114)	(6.415)	Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943
Diferido	40.110	47.634	(Amortização acumulada)	(33.364)	(31.071)
Gastos de organização e expansão	41.347	41.762	TOTAL DO ATIVO	103.507.358	98.515.892
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943	TOTAL DO PASSIVO	103.507.358	98.515.892
(Amortização acumulada)	(33.364)	(31.071)			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o Resultado do período por lote de mil ações)

		1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.556.938	8.004.349
Operações de crédito	(Nota 9b)	4.050.030	3.795.650
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9i)	485.728	866.781
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 7b)	2.314.981	1.833.414
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7 d.9)	503.976	(96.180)
Resultado de operações de câmbio	(Nota 11b)	236.142	(31.282)
Resultado das aplicações compulsórias	(Nota 8b)	-	278
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.966.081	1.635.688
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(8.182.391)	(6.515.301)
Operações de captação no mercado	(Nota 17d)	(4.722.242)	(2.971.512)
Operações de empréstimos e repasses	(Nota 18c)	(373.641)	(49.732)
Operações de arrendamento mercantil	(Nota 9i)	(443.517)	(789.290)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(1.440.133)	(1.101.776)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(Nota 9g)	(1.202.858)	(1.602.991)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.374.547	1.489.048
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(1.026.842)	(1.180.835)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 21a)	210.791	209.967
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 21b)	251.884	235.561
Despesas de pessoal	(Nota 21c)	(629.631)	(634.464)
Outras despesas administrativas	(Nota 21d)	(560.901)	(537.027)
Despesas tributárias	(Nota 24c)	(213.818)	(234.715)
Resultado de participações em controladas	(Nota 13a)	77.051	75.201
Outras receitas operacionais	(Nota 21e)	367.000	248.441
Outras despesas operacionais	(Nota 21f)	(529.218)	(543.799)
RESULTADO OPERACIONAL		347.705	308.213
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 22)	(17.497)	141.746
Receitas não operacionais		25.410	167.623
Despesas não operacionais		(42.907)	(25.877)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		330.208	449.959
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 24a)	45.395	(67.242)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS RESULTADOS	E	(107.827)	(90.280)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES		-	-
LUCRO LÍQUIDO		267.776	292.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

EVENTOS	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital		Legal	Outras			
Saldos em 31.12.2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	-	7.140.682
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 23d)	-	-	-	-	-	153.456	-	153.456
Integralização de Capital (Nota 23a)	98.920	(98.920)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	292.437	292.437
Destinações:								
- Reserva legal	-	-	-	14.622	-	-	(14.622)	-
Saldos em 30.06.2014	7.125.761	-	372.120	14.622	-	(203.743)	277.815	7.586.575
Mutações do período	98.920	(98.920)	-	14.622	-	153.456	277.815	445.893
Saldos em 31.12.2014	7.125.761	-	372.120	25.123	357.993	(327.123)	-	7.553.874
Aumento de capital (Nota 23a)	357.993	-	-	-	(357.993)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos (Nota 23d)	-	-	-	-	-	25.416	-	25.416
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	-	267.776	267.776
Destinações:								
- Reserva legal	-	-	-	13.389	-	-	(13.389)	-
Saldos em 30.06.2015	7.483.754	-	372.120	38.512	-	(301.707)	254.387	7.847.066
Mutações do período	357.993	-	-	13.389	(357.993)	25.416	254.387	293.192

O Resultado por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Banco Votorantim S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Fluxos de caixa provenientes das operações		
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	330.208	449.959
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	687.268	1.393.773
Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (Nota 9f)	1.202.858	1.602.991
Depreciações e amortizações	112.607	199.457
Insuficiência de depreciação	329.982	551.664
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	737	2.416
Resultado de participação em controladas (Nota 13a)	(77.050)	(75.201)
(Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens (Nota 22)	11.084	3.316
Lucro na alienação de investimentos (Nota 22)	-	(157.116)
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens (Nota 22)	(2.420)	8.457
Despesas (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	142.792	92.934
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(84.008)	46.941
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(583.341)	(304.763)
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	(365.673)	(577.102)
Outros ajustes	(300)	(221)
Lucro (Prejuízo) ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.017.476	1.843.732
Variações Patrimoniais	(2.974.416)	(9.993.364)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.112.614)	1.128.337
(Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	(1.343.800)	(375.120)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências	28.069	74.360
(Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	10.925	64.045
(Aumento) Redução em operações de crédito	490.728	421.887
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	(19.620)	(6.865)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos	(437.248)	(859.411)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	172.745	76.883
Imposto de renda e contribuição social pagos	(296.477)	(273.410)
(Redução) Aumento em depósitos	1.223.378	(2.593.798)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	(49.108)	(6.622.699)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	777.601	(577.076)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	158.172	(991.865)
(Redução) Aumento em outras obrigações	424.169	546.862
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(1.336)	(5.494)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	(1.956.940)	(8.149.632)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento		
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(1.751.928)	(2.616.111)
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	-	(230.540)
(Aquisição) de investimentos	-	(32.468)
(Aquisição) de imobilizado de uso e de arrendamento	(52.048)	(207.624)
(Aquisição) de intangíveis	(24.020)	(5.976)
(Aquisição) de diferidos	(9.749)	(33.590)
Alienação, vencimento de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	7.781.706	6.326.509
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	1.649.534	-
Alienação/Redução de investimentos	-	180.594
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento	66.820	259.720
Alienação de intangíveis	1.839	1.694
Alienação de diferidos	727	12.527
Juros sobre o capital próprio / Dividendos recebidos	142.614	114.176
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.805.495	3.768.911
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(119.331)	-
(Redução) Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	693.646	204.326
(Redução) Aumento em instrumentos de dívidas elegíveis a capital	235.241	113.733
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	809.556	318.059
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.658.111	(4.062.662)
Início do período	2.801.924	5.049.674
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	84.008	(46.941)
Fim do período (Nota 5)	9.544.043	940.071
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.658.111	(4.062.662)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco Votorantim S.A. (Banco Votorantim ou Banco) é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio.

Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 31 de janeiro de 2014, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da BV Sistemas de Tecnologia da Informação S.A. ao seu patrimônio nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2013, data base da operação, no montante de R\$ 20.813; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Como decorrência natural, a BV Sistemas teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação não implicou em um aumento do Capital Social do Banco e o Estatuto Social não sofreu qualquer alteração.

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 da BV Sistemas incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: R\$ 65.852
- Passivos: R\$ 45.039
- Patrimônio Líquido: R\$ 20.813

A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, promovendo uma racionalização das operações, a simplificação da administração e de procedimentos contábeis e financeiros; minimizando despesas administrativas e otimizando seus ativos e resultados.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do CMN e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução 4.280 é fundamentada em conceitos específicos de consolidação e/ou combinação determinados pelo CMN e BACEN, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Em 31 de outubro de 2013, o CMN emitiu a Resolução nº. 4.280 que estabeleceu a elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis de forma consolidada, abrangendo também os fundos de investimento nos quais as entidades do conglomerado, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

Em 31 de março de 2014, o BACEN editou a Circular nº. 3701 estabelecendo procedimentos para a elaboração, a divulgação e remessa ao Banco Central do Brasil das Demonstrações Contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas Demonstrações Contábeis. O processo inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com a Resolução CMN 4.280/2013 para fins do Conglomerado Prudencial. Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1)- Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN n.º 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de agosto de 2015.

Participações societárias e fundos de investimentos incluídos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial, segregadas por segmentos de negócios:

			30.06.2015	30.06.2014
			Atividade	% de Participação
Segmento Bancário - País				
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(1) (2)	Financeira	100,00%	100,00%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	(1) (2)	Arrendamento	100,00%	100,00%
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(1) (2)	Corretora	99,99%	99,99%
Segmento Gestão de Recursos				
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	(1) (2)	Administração de ativos	99,99%	99,99%
Segmento Bancário - Exterior				
Votorantim Bank Limited	(1) (2)	Bancária	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	(1) (2)	Corretora	100,00%	100,00%
Votorantim Securities (UK) Limited	(1) (2)	Corretora	100,00%	100,00%
Outros Segmentos				
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios I	(3)	Fundo de investimento	-	53,62%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II	(3)	Fundo de investimento	-	22,77%
BV Financeira - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VI	(3)	Fundo de investimento	-	23,93%
BVIA Fundo de Investimento em Participações	(3) (4)	Fundo de investimento	100,00%	100,00%

(1) Controladas.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a junho de 2015.

(3) Consolidada conforme Artigo 4º da Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a maio de 2015.

Informações para efeito de comparabilidade

Foram realizadas reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

- Reclassificação de títulos e créditos a receber de Operações de arrendamento mercantil para Outros créditos em 30 de junho de 2014.
- Provisão para operações de arrendamento mercantil referente à títulos e créditos a receber para Provisão para outros créditos em 30 de junho de 2014.
- Reclassificação de custos associados à produção de operações de crédito de Receita da Intermediação Financeira - Operações de Crédito para Outras Receitas/Despesas Operacionais - Outras Despesas Operacionais.

Balanco Patrimonial

	30.06.2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de Arrendamento Mercantil - Arrendamento a receber - Setor privado (Nota 9a)	622.006	(32.415)	589.591
Operações de Arrendamento Mercantil - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil (Nota 9b)	(575.401)	2.895	(572.506)
Operações de Arrendamento Mercantil - (Provisão para operações de arrendamento mercantil) (Nota 9a)	(58.992)	3.623	(55.369)
Outros Créditos - Diversos (Nota 10)	8.494.135	29.520	8.523.655
Outros Créditos - (Provisão para outros créditos) (Nota 9a)	(683.000)	(3.623)	(686.623)
Intangível - (Amortização acumulada)	(27.902)	200	(27.702)
Intangível - (Imparidade acumulada)	(6.215)	(200)	(6.415)

Demonstração do Resultado

	1º Semestre/2014		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.747.108	257.241	8.004.349
Operações de crédito (Nota 9b)	3.509.175	286.475	3.795.650
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 9b)	864.733	2.048	866.781
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	-	(31.282)	(31.282)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.546.583)	31.282	(6.515.301)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	(31.282)	31.282	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.200.525	288.523	1.489.048
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(892.312)	(288.523)	(1.180.835)
Outras despesas operacionais (Nota 21f)	(255.276)	(288.523)	(543.799)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	141.746	-	141.746
Receitas não operacionais (Nota 22)	157.116	10.507	167.623
Despesas não operacionais (Nota 22)	(15.370)	(10.507)	(25.877)

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo Banco Votorantim são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderente aos preços praticados no período.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (*Credit valuation adjustment - CVA*).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de fluxo de caixa: para os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Não possuímos operações nessa classificação.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Os contratos de arrendamento mercantil são apresentados de acordo com a natureza individual dos itens que compõem essas operações (Nota Explicativa 9b e 9c):

- Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
- Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniência / Insuficiência de depreciações" do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 9e).

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos - No País.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de "Direito de usufruto de ações" foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações de outras empresas, a favor do Conglomerado, as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos

são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

Até 31 de dezembro de 2014, a parcela da remuneração referente à originação de operações de crédito ou arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes bancários era registrada no ativo e reconhecida como despesa pelo prazo do contrato, ou imediatamente quando da liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo.

A partir de 01 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação.

Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

Para o exercício de 2016, até um terço da remuneração referente à originação de operações de crédito será registrado no ativo e reconhecido no resultado de forma linear, respeitando-se o prazo máximo de 36 meses. As operações geradas a partir de 1º de janeiro de 2017, terão a remuneração citada reconhecida integralmente como despesa.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

i) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis das controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 14).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Companhia e os gastos efetuados até 30 de setembro de 2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortização calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 21d).

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos

A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento exceder seu valor recuperável.

Intangível

Softwares - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 26.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa norma estão sendo avaliados para implementação na data de entrada em vigor da norma.

O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a

esse colaborador.

l) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)		25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	15%
PIS / PASEP	(b)	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(b)	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN		De 2% a 5%

(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras.

(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada BV Leasing.

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 26).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobranças a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do Balanço.

As operações de avais e fianças não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente do grupo econômico por meio de características como setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa, levando-se em consideração as respectivas provisões mínimas conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999, a provisão de fiança não honrada é reconhecida em Outras Obrigações - Diversas - Credores Diversos no País (Nota Explicativa nº 20d)."

p) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2015	30.06.2014
Disponibilidades	220.552	118.732
Disponibilidades em moeda nacional	10.449	38.224
Disponibilidades em moeda estrangeira	210.103	80.508
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	9.323.491	821.339
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	8.427.161	306.403
Aplicações em depósitos interfinanceiros	620.354	409.290
Aplicações em moedas estrangeiras	275.976	105.646
Total	9.544.043	940.071

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	30.06.2015	30.06.2014
Aplicações no Mercado Aberto	16.238.408	4.939.873
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	9.710.665	805.357
Letras Financeiras do Tesouro	3.438.018	538.483
Letras do Tesouro Nacional	1.699.276	266.874
Notas do Tesouro Nacional	4.570.653	-
Outras	2.718	-
Re vendas a Liquidar - Posição Financiada	6.325.607	3.731.456
Letras Financeiras do Tesouro	4.530.841	-
Letras do Tesouro Nacional	1.654.639	3.706.476
Notas do Tesouro Nacional	140.127	24.980
Re vendas a Liquidar - Posição Vendida	202.136	403.060
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	200.431	391.534
Outras	1.705	11.526
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.969.413	1.620.230
Total	18.207.821	6.560.103
Ativo circulante	18.033.918	6.322.456
Ativo não circulante	173.903	237.647

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	740.037	386.610
Posição bancada	369.278	226.646
Posição financiada	348.507	138.779
Posição vendida	22.224	21.185
Rendas de Aplic. em Dep. Interfinanceiros	46.192	59.832
Total	786.201	446.442

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2015					30.06.2014					
	Valor de Mercado					Total					
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos para negociação	252	472.059	882.745	2.751	3.607.103	4.998.209	4.964.910	(33.299)	5.504.901	5.536.564	31.663
Títulos Públicos	-	471.337	882.605	215	3.419.793	4.806.847	4.773.950	(32.897)	4.199.697	4.228.604	28.907
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.576	13.117	-	200.453	215.104	215.146	42	785.344	785.189	(155)
Letras do Tesouro Nacional	-	469.761	869.488	215	1.242.699	2.581.365	2.582.163	798	2.121.502	2.127.230	5.728
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.953.457	1.985.497	1.953.457	(32.040)	1.214.709	1.237.932	23.223
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	-	23.184	24.881	23.184	(1.697)	56.117	56.228	111
Títulos de governos estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	22.025	22.025	-
Títulos Privados	252	722	140	2.536	187.310	191.362	190.960	(402)	1.305.204	1.307.960	2.756
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	18.330	18.831	501
Ações	252	-	-	-	-	52	252	200	6.435	6.906	471
Cotas de fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.063.604	1.063.604	-
Cédulas de produto rural - Commodities	-	-	-	-	-	-	-	-	3.815	5.000	1.185
<i>Eurobonds</i>	-	-	140	2.536	67.006	70.962	69.682	(1.280)	213.020	212.848	(172)
Letras Financeiras	-	-	-	-	90.348	90.348	90.348	-	-	-	-
Outros	-	722	-	-	29.956	30.000	30.678	678	-	771	771
2 - Títulos Disponíveis para Venda	1.935.432	280.615	516.082	803.448	8.999.933	12.727.805	12.535.510	(192.295)	18.103.813	17.831.244	(272.569)
Títulos Públicos	-	141	4.939	401.654	4.124.151	4.722.469	4.530.885	(191.584)	11.428.270	11.209.195	(219.075)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	824	824	824	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	401.654	1.158.318	1.621.224	1.559.972	(61.252)	9.136.007	8.990.240	(145.767)
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	2.963.730	3.094.085	2.963.730	(130.355)	2.273.854	2.200.272	(73.582)
Títulos da Dívida Agrária	-	141	4.939	-	1.279	6.336	6.359	23	18.409	18.683	274
Títulos Privados	1.935.432	280.474	511.143	401.794	4.875.782	8.005.336	8.004.625	(711)	6.675.543	6.622.049	(53.494)
Debêntures	-	168.423	7.508	120.523	2.763.650	3.084.498	3.060.104	(24.394)	2.635.816	2.609.629	(26.187)
Notas Promissórias	-	56.907	360.750	77.794	-	496.050	495.451	(599)	205.606	205.606	-
Ações	(a)	1.919.873	-	-	-	1.896.879	1.919.873	22.994	1.882.540	1.858.579	(23.961)
Cotas de Fundos de Investimentos	(b)	15.559	-	-	561.749	577.308	577.308	-	518.437	518.437	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	32.587	25.728	32.587	6.859	5.770	5.770	-
Cédulas de produto rural - commodities	(c)	-	55.144	136.676	169.359	134.356	514.231	(18.696)	685.278	671.708	(13.570)
<i>Eurobonds</i>	(d)	-	-	-	11.180	523.537	534.204	513	173.455	148.874	(24.581)
Credit Linked Notes	-	-	-	-	368.239	351.419	368.239	16.820	398.698	431.529	32.831
Letras Financeiras	-	-	6.209	-	311.158	320.020	317.367	(2.653)	20.467	20.467	-
Outros	-	-	-	22.938	180.506	204.999	203.444	(1.555)	149.476	151.450	1.974
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	1.606.615	5.090.761	6.802.975	6.697.376	(105.599)	5.988.842	6.017.239	28.397
Títulos Públicos	-	-	-	1.606.615	5.090.761	6.802.975	6.697.376	(105.599)	5.988.842	6.017.239	28.397
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	1.606.615	3.218.193	4.890.957	4.824.808	(66.149)	4.171.135	4.189.697	18.562
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.872.568	1.912.018	1.872.568	(39.450)	1.817.707	1.827.542	9.835
Total (1 + 2 + 3)	1.935.684	752.674	1.398.827	2.412.814	17.697.797	24.528.989	24.197.796	(331.193)	29.597.556	29.385.047	(212.509)

O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *Spread* de Crédito).

Os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado (Nota Explicativa 7a.5).

- (a) O valor de custo inclui provisão para perdas no montante de R\$ 68.682 (R\$ 69.245 em 30 de junho de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários. O valor de mercado das ações representa a cotação divulgada pela BM&FBovespa.
- (b) Em 30 de junho de 2014, o valor de mercado de Cotas de Fundos de Investimentos está líquido de provisão para perdas no montante de R\$ 3.810 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (c) O valor de mercado das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 3.423 (R\$ 3.338 em 30 de junho de 2014) em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.
- (d) O valor de mercado de Eurobonds considera também a provisão para perdas no montante de R\$ 46.790 em contrapartida de Resultado com títulos e valores mobiliários.

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em Dias	30.06.2015									30.06.2014		
	Valor de Mercado					Total				Total		
	Sem vencimento	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
Por Carteira	1.935.684	752.674	1.398.827	2.412.814	17.697.797	24.528.989	24.197.796	(331.193)	29.597.556	29.385.047	(212.509)	
Carteira própria	2.004.366	756.097	516.534	404.505	6.444.019	10.077.210	10.125.521	48.311	15.099.526	15.049.206	(50.320)	
Vinculados a compromisso de recompra	-	-	869.488	2.008.309	8.719.895	11.779.915	11.597.692	(182.223)	11.247.099	11.144.298	(102.801)	
Vinculados à prestação de garantias	-	-	12.805	-	2.580.673	2.671.864	2.593.478	(78.386)	3.250.931	3.267.936	17.005	
Provisão para desvalorização de títulos livres	(68.682)	(3.423)	-	-	(46.790)	-	(118.895)	(118.895)	-	(76.393)	(76.393)	

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em Anos	30.06.2015						30.06.2014			
	Sem vencimento	Valor de Mercado				Total		Total		
		A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	
Por Categoria	1.935.684	4.564.315	13.048.692	3.977.243	671.862	24.528.989	24.197.796	29.597.556	29.385.047	
Títulos para negociação	252	1.357.555	2.372.298	1.220.156	14.649	4.998.209	4.964.910	5.504.901	5.536.564	
Títulos Disponíveis para Venda	1.935.432	1.600.145	5.585.633	2.757.087	657.213	12.727.805	12.535.510	18.103.813	17.831.244	
Títulos Mantidos até o vencimento	-	1.606.615	5.090.761	-	-	6.802.975	6.697.376	5.988.842	6.017.239	

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	9.296.191	15.007.204	24.303.395	14.105.137	15.251.513	29.356.650
Carteira própria	3.689.959	6.442.653	10.132.612	9.728.555	5.291.922	15.020.477
Vinculados a compromisso de recompra	4.702.012	6.979.091	11.681.103	3.552.410	7.591.191	11.143.601
Vinculados à prestação de garantias	976.325	1.632.250	2.608.575	896.755	2.372.210	3.268.965
Provisão para desvalorização de títulos livres	(72.105)	(46.790)	(118.895)	(72.583)	(3.810)	(76.393)

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por Categoria	30.06.2015		30.06.2014	
1 - Título para Negociação	4.964.910	20,43%	5.536.564	18,86%
2 - Títulos Disponíveis para Venda	12.535.510	51,58%	17.831.244	60,74%
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	6.802.975	27,99%	5.988.842	20,40%
Valor contábil da carteira	24.303.395	100,00%	29.356.650	100,00%
Marcação a mercado da categoria três	(105.599)		28.397	
Valor de mercado da carteira	24.197.796		29.385.047	

O Conglomerado, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento no montante de R\$ 6.802.975 (R\$ 5.988.842 em 30 de junho de 2014), representando 27,99% do total de títulos e valores mobiliários (20,40% em 30 de junho de 2014).

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	786.201	446.442
Títulos de renda fixa	1.373.592	1.312.931
Títulos no exterior	(36.157)	(33.561)
Títulos de renda variável	107.389	136.136
Aplicações em fundos de investimento	83.855	(28.575)
Outros	101	41
Total	2.314.981	1.833.414

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2014 ocorreu a reclassificação de Cédulas de Produto Rural, passando da categoria “Títulos para negociação” para a categoria “Disponíveis para venda”, em decorrência da revisão da intenção da Administração sobre os respectivos títulos. A reclassificação destes títulos não gerou impacto no resultado e no patrimônio líquido na respectiva data-base.

	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado
Cédulas de produto rural	123.719	120.854	(2.865)
Total	123.719	120.854	(2.865)

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

O Conglomerado se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.1) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por Indexador	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros						
Compromissos de Compra	38.330.259	-	-	20.462.864	-	-
DI	10.561.246	-	-	6.200.721	-	-
Moedas	11.100.317	-	-	2.825.541	-	-
Índice	517.855	-	-	526.928	-	-
Cupom cambial	16.150.841	-	-	10.907.368	-	-
Commodities	-	-	-	2.306	-	-
Compromissos de Venda	56.689.116	-	-	66.927.745	-	-
DI	24.943.592	-	-	40.952.095	-	-
Moedas	476.711	-	-	399.910	-	-
T-Note	-	-	-	289.424	-	-
Índice	60.091	-	-	-	-	-
Cupom cambial	31.208.722	-	-	25.282.116	-	-
Commodities	-	-	-	4.200	-	-
Operações a Termo						
Posição Ativa	19.348	19.348	19.217	35.312	35.312	35.312
Termo de moeda	11.349	11.349	11.218	35.312	35.312	35.312
Termo de títulos públicos	7.999	7.999	7.999	-	-	-
Posição Passiva	19.348	(19.348)	(18.504)	35.312	(35.312)	(35.400)
Termo de moeda	11.349	(11.349)	(10.505)	35.312	(35.312)	(35.400)
Termo de títulos públicos	7.999	(7.999)	(7.999)	-	-	-
Contratos de Opções (a)						
De compra - Posição Comprada	7.899.508	172.013	139.703	10.669.524	106.489	75.935
Moeda estrangeira	6.476.513	140.255	109.124	2.880.725	52.798	19.198
Índice DI	-	-	-	6.628.000	3.107	-
Opções Flexíveis	1.241.095	29.406	28.693	514.299	34.906	37.700
Ações	181.900	2.352	1.886	286.500	7.997	9.811
Outros	-	-	-	360.000	7.681	9.226
De venda - Posição Comprada	10.862.174	176.982	51.519	1.663.235	31.747	48.490
Moeda estrangeira	6.687.863	166.642	43.846	1.034.525	14.334	35.206
Índice DI	3.672.000	1.176	-	-	-	-
Opções Flexíveis	30.111	224	96	77.150	1.035	786
Ações	422.200	7.758	6.396	464.000	12.111	9.699
Outros	50.000	1.182	1.181	87.560	4.267	2.799
De compra - Posição Vendida	14.175.025	(461.581)	(636.631)	5.959.610	(306.479)	(284.083)
Moeda estrangeira	11.970.375	(292.427)	(463.926)	3.385.700	(73.061)	(22.022)
Opções Flexíveis	1.462.550	(155.357)	(164.155)	1.822.525	(218.673)	(243.740)
Ações	678.100	(13.068)	(8.034)	491.385	(13.239)	(16.237)
Outros	64.000	(729)	(516)	260.000	(1.506)	(2.084)
De venda - Posição Vendida	9.004.153	(134.943)	(96.722)	2.442.622	(39.619)	(39.875)
Moeda estrangeira	3.523.375	(40.397)	(14.170)	1.223.988	(10.514)	(16.766)
Índice DI	3.668.000	(524)	-	-	-	-
Opções Flexíveis	1.138.278	(33.047)	(19.299)	365.594	(9.633)	(9.437)
Ações	539.500	(17.130)	(15.374)	623.600	(12.721)	(8.312)
Outros	135.000	(43.845)	(47.879)	229.440	(6.751)	(5.360)
Contratos de Swaps (a) (b)						
Posição Ativa	17.716.844	1.088.143	1.081.986	14.224.764	743.117	866.813
DI	12.638.869	60.181	215.010	6.827.633	177.824	224.978
Moeda estrangeira	1.822.016	545.540	489.658	1.492.029	149.827	182.041
Pré-fixado	340.607	23.616	49.486	385.888	10.805	66.273
ÍPCA	2.323.296	262.025	122.458	4.760.363	270.603	215.536
IGPM	395.000	77.610	70.540	521.000	96.825	114.038
Libor	168.267	118.887	131.493	196.533	37.016	62.843
Commodities	-	-	-	654	-	54
Outros	28.789	284	3.341	40.664	217	1.050
Posição Passiva	6.411.835	(894.646)	(803.184)	8.539.570	(779.077)	(841.062)
DI	1.344.782	(44.532)	(58.883)	2.303.952	(71.882)	(64.029)
Moeda estrangeira	2.500.268	(366.496)	(341.245)	325.164	(11.261)	(20.634)
Pré-fixado	226.503	(3.051)	(24.272)	1.276.414	(63.465)	(94.657)
ÍPCA	1.978.861	(349.040)	(248.292)	4.088.587	(533.855)	(550.327)
IGPM	200.000	(73.412)	(74.044)	307.000	(90.928)	(106.675)
TR	-	-	-	7.865	(2.461)	(2.532)
Libor	161.179	(58.115)	(56.402)	133.905	(1.287)	(1.663)
Commodities	242	-	(46)	616	(42)	(50)
Outros	-	-	-	96.067	(3.896)	(495)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos						
Posição Ativa	2.568.392	205.883	203.024	2.256.115	100.006	95.918
Non Deliverable Forward	(a) 2.485.652	205.287	202.535	1.665.103	86.271	88.889
Derivativos de crédito	82.740	596	489	591.012	13.735	7.029
Posição Passiva	2.345.651	(89.522)	(87.695)	2.441.365	(75.858)	(66.062)
Non Deliverable Forward	(a) 1.908.184	(85.185)	(79.867)	2.015.184	(65.591)	(53.874)
Derivativos de crédito	437.467	(4.337)	(7.828)	407.463	(571)	(2.476)
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	18.718	(9.696)	(9.712)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (a) O valor de mercado das operações de *swap*, opções e *non deliverable forward* contemplam o risco de crédito da contraparte (Ajuste de *Spread* de Crédito).
- (b) Contempla os swaps contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.129/2002 pelo valor de custo. Para fins de apresentação por indexador estas operações estão ajustadas ao valor de mercado. No semestre findo em 30 de junho de 2015, o ajuste a valor de mercado da posição ativa foi positivo de R\$ 72.409 e da posição passiva foi negativo de R\$ 5.086.

d.2) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em Dias	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	30.06.2015	30.06.2014
Contratos futuros	12.703.529	17.923.353	27.307.543	37.084.950	95.019.375	87.390.609
Contratos a termo	11.589	7.759	-	-	19.348	35.312
Contratos de opções	16.385.343	16.070.533	9.484.984	-	41.940.860	20.734.991
Contratos de <i>swaps</i>	919.008	805.259	3.643.449	18.760.963	24.128.679	22.764.334
Derivativos de crédito	5.172	67.224	10.344	437.467	520.207	998.475
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	1.270.681	2.111.455	791.963	219.737	4.393.836	3.680.287
Box de opções - Pré-fixado	-	-	-	-	-	18.718

d.3) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2015)

	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativo de crédito	Box de opções e <i>Non Deliverable Forward</i>
BM&FBovespa	95.019.375	-	39.383.531	-	-	-
Balcão	-	19.348	2.557.329	24.128.679	520.207	4.393.836
Instituições financeiras	-	19.348	-	16.433.872	520.207	71.980
Cliente	-	-	2.557.329	7.694.807	-	4.321.856

d.4) Composição da carteira de derivativos de crédito

	30.06.2015			30.06.2014		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Swap de Crédito						
Posição Ativa - Risco recebido	209.947	(3.724)	(6.170)	293.673	170	2.154
Posição Passiva - Risco transferido	310.260	(17)	(1.169)	704.802	12.994	2.399
Por indexador						
Posição Ativa - Pré-fixado	82.740	596	489	591.012	13.735	7.029
Posição Passiva - Pré-fixado	437.467	(4.337)	(7.828)	407.463	(571)	(2.476)

A carteira de derivativos de crédito é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia do Banco no montante de R\$ 6.895 (R\$ 13.217 em 30 de junho de 2014).

d.5) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

	30.06.2015	30.06.2014
Letras Financeiras do Tesouro	17.957	70.462
Notas do Tesouro Nacional	1.556.345	1.777.871
Letras do Tesouro Nacional	1.001.633	1.017.685
Outros	50.324	407.466
Total	2.626.259	3.273.484

d.6) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge*

	30.06.2015	30.06.2014
Hedge de Risco de Mercado		
Instrumentos de Hedge		
Ativo	8.610.512	6.886.733
Futuro	8.592.130	6.596.364
Swap	18.382	290.369
Passivo	30.812.029	32.481.835
Futuro	30.808.480	32.481.835
Swap	3.549	-
Itens Objeto de Hedge		
Ativo	28.077.552	31.593.676
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.654.997	1.114.965
Títulos e Valores Mobiliários	5.820.668	97.142
Operações de Crédito e Arrendamento mercantil	19.601.887	30.381.569
Passivo	8.372.933	6.213.234
Obrigações por TVM no Exterior	4.036.675	2.928.448
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	223.178
Dívida Subordinada	4.336.258	3.061.608

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

d.7) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos objetos de *hedge*

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Perdas dos Itens objeto de <i>hedge</i>	(2.428.968)	(540.532)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	2.445.871	522.014
Efeito Líquido	16.903	(18.518)
Ganhos dos Itens objeto de <i>hedge</i>	2.478.529	2.207.954
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(2.474.831)	(2.179.829)
Efeito Líquido	3.698	28.125

No primeiro semestre de 2014, a carteira de cessão de crédito deixou de ser qualificada como *hedge* nos termos do art. 5º da Circular nº 3.082, e tiveram seus contratos futuros na BM&F liquidados. O efeito no resultado do período do ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* foi despesa de R\$ 1.493, líquidos dos efeitos tributários.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d.8) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2015		30.06.2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo				
Operações de termo	19.217	-	35.312	-
Mercado de opções	191.222	-	87.675	36.750
Contratos de <i>swaps</i>	81.399	928.178	277.082	589.731
Derivativos de créditos	489	-	389	6.640
<i>Non Deliverable Forward</i>	153.684	48.851	72.036	16.853
Total	446.011	977.029	472.494	649.974
Passivo				
Operações de termo	(18.504)	-	(35.400)	-
Mercado de opções	(733.353)	-	(177.450)	(146.508)
Contratos de <i>swaps</i>	(141.437)	(666.833)	(394.208)	(446.854)
Box de opções -Estratégia de renda fixa	-	-	(9.712)	-
Derivativos de créditos	-	(7.828)	-	(2.476)
<i>Non Deliverable Forward</i>	(71.172)	(8.695)	(48.886)	(4.988)
Total	(964.466)	(683.356)	(665.656)	(600.826)

d.9) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
<i>Swap</i>	(29.331)	31.104
Termo	3.141	(15)
Opções	(301.623)	33.432
Futuro	637.814	(250.386)
Derivativos de crédito	1.378	(7.296)
Ajuste ao valor de mercado dos itens de operações de crédito objeto de <i>hedge</i>	25.093	252.847
Box de Opções	(322)	(5.655)
<i>Non Deliverable Forward</i>	167.826	(150.211)
Total	503.976	(96.180)

d.10) Hedge contábil

Estratégias/Risco	Objeto de <i>hedge</i>			Derivativo	Instrumentos de <i>hedge</i>	
	30.06.2015		30.06.2014		30.06.2015	30.06.2014
	Valor de mercado	Ganho / (Perda) não realizado	Valor de mercado		Valor de mercado	Valor de mercado
<i>Hedge</i> de Op. compromissadas/ taxas pré-fixadas	2.654.997	(911)	1.114.965	Futuro DI	3.184.282	1.381.288
<i>Hedge</i> de Tit. e valores mobiliários / taxa pré-fixada / variação cambial	5.820.668	(3.421)	97.142	Futuro DDI Swap	122.939 5.720.308	104.783 -
<i>Hedge</i> de Operações de crédito e arrendamento mercantil / taxa pré-fixada / variação cambial	19.601.887	(116.976)	30.381.569	Futuro DI Futuro DDI FuturoLibor	16.424.110 2.353.386 602.799	28.333.667 2.238.035 424.062
<i>Hedge</i> de Obrigações por TVM no exterior / variação cambial	4.036.675	69.295	2.928.448	Futuro DDI	4.073.313	3.028.876
<i>Hedge</i> de Obrigações por empréstimos no exterior / variação cambial	-	-	223.178	Futuro DDI	-	222.740
<i>Hedge</i> de Dívida Subordinada / variação cambial / IGP-M	4.336.258	326.805	3.061.608	Futuro DDI Swap	4.518.817 311.892	3.344.748 290.369

8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Créditos vinculados

	30.06.2015	30.06.2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	44.280	63.729
Depósitos a vista	41.148	58.899
Operações de microfinanças	3.132	4.830
Total	44.280	63.729
Ativo circulante	44.280	63.729

b) Resultado das aplicações compulsórias

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil		
Exigibilidade sobre recursos a prazo	-	278
Total	-	278

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira por Modalidade

	30.06.2015	30.06.2014
Operações de crédito	49.491.946	51.800.662
Empréstimos e títulos descontados	10.133.197	11.073.574
Financiamentos	23.469.191	28.987.984
Financiamentos rurais e agroindustriais	469.756	545.123
Financiamentos imobiliários	415.347	485.906
Operações de crédito vinculadas às cessões	(a) 15.004.455	10.708.075
Outros Créditos	2.015.005	1.945.566
Operações com cartão de crédito	652.149	533.495
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(b) 723.746	754.176
Avais e fianças honrados	46.613	628.375
Títulos e Créditos a Receber com características de concessão de crédito	592.497	29.520
Operações de Arrendamento Mercantil	(c) 254.139	610.909
Total da Carteira de Crédito	51.761.090	54.357.137
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.824.381)	(4.478.607)
(Provisão para operações de crédito)	(3.023.288)	(3.736.615)
(Provisão para outros créditos)	(774.669)	(686.623)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(26.424)	(55.369)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	47.936.709	49.878.530

- (a) Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.
- (b) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de Outras obrigações.
- (c) Carteira de arrendamento mercantil apresentada pelo seu valor presente.

b) Operações de Arrendamento a Receber

	30.06.2015	30.06.2014
Operações de Arrendamento Mercantil a Receber	270.877	589.592
Arrendamentos financeiros a receber	270.877	589.592
Ativo circulante	180.772	432.140
Ativo não circulante	90.105	157.452
	30.06.2015	30.06.2014
Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil	(260.926)	(572.507)
Rendas a apropriar de Arrendamentos financeiros	(260.926)	(572.507)
Ativo circulante	(173.134)	(418.774)
Ativo não circulante	(87.792)	(153.733)

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	30.06.2015	30.06.2014
Arrendamentos financeiros a receber	270.877	589.592
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(260.926)	(572.507)
Títulos e créditos a receber (Nota 8)	4.018	29.520
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 15a)	384.764	1.633.863
Credores por antecipação do valor residual	(139.792)	(1.041.314)
Valor Presente dos Contratos de Arrendamento Financeiros/Outros Créditos	258.941	639.154

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Resultado de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Receitas de Operações de Crédito	4.050.030	3.795.650
Empréstimos e títulos descontados	1.031.591	1.089.032
Financiamentos	2.601.050	2.310.949
Financiamentos rurais e agroindustriais	16.153	12.837
Financiamentos imobiliários	29.482	30.352
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	299.807	329.168
Financiamentos em moedas estrangeiras	16.936	3.895
Avais e fianças honrados	990	5.207
Outras	54.021	14.210
Resultado de Arrendamento Mercantil (Nota 9i)	42.211	77.491
Total	(a) 4.092.241	3.873.141

(a) Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Consolidado, no 1º semestre de 2015, totalizariam R\$ 6.501.839 (R\$ 6.298.119 no 1º semestre de 2014).

d) Carteira de crédito por Setores de Atividade Econômica

	30.06.2015	%	30.06.2014	%
Setor Público	587.234	1,13%	441.237	0,81%
Governo	587.234	1,13%	441.237	0,81%
Administração pública	587.234	1,13%	441.237	0,81%
Setor Privado	51.173.856	98,87%	53.915.900	99,19%
Pessoa Física	35.115.689	67,84%	35.242.232	64,84%
Pessoa Jurídica	16.058.167	31,03%	18.673.668	34,35%
Mineração e metalurgia	76.848	0,15%	116.009	0,21%
Agronegócio de origem vegetal	354.595	0,69%	279.629	0,51%
Automotivo	719.532	1,39%	514.571	0,95%
Serviços	2.085.729	4,03%	2.755.491	5,07%
Combustíveis	192.328	0,37%	136.507	0,25%
Transportes	1.346.245	2,60%	1.220.840	2,25%
Imobiliário	482.741	0,93%	502.370	0,92%
Comércio varejista	632.568	1,22%	532.196	0,98%
Energia elétrica	619.457	1,20%	767.288	1,41%
Agronegócio de origem animal	366.603	0,71%	162.207	0,30%
Atividades específicas da construção	426.518	0,82%	412.041	0,76%
Têxtil e confecções	147.779	0,29%	147.183	0,27%
Papel e celulose	602.224	1,16%	623.990	1,15%
Eletroeletrônico	1.795	0,00%	2.595	0,00%
Químico	1.012.526	1,96%	747.185	1,37%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.431.902	10,49%	6.015.139	11,07%
Madeireiro e moveleiro	31.350	0,06%	81.420	0,15%
Construção pesada	664.420	1,28%	730.151	1,34%
Instituições e serviços financeiros	263.045	0,51%	248.687	0,46%
Telecomunicações	89.556	0,17%	97.420	0,18%
Demais atividades	510.406	1,00%	2.580.749	4,75%
Total	51.761.090	100,00%	54.357.137	100,00%

e) Carteira de crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2015	30.06.2014
Operações em Curso Normal											
Parcelas Vincendas	3.123.962	23.812.967	8.864.007	8.452.433	644.316	183.190	114.026	674.175	284.347	46.153.423	47.019.221
01 a 30	274.029	1.493.514	463.909	362.391	67.116	10.739	5.926	3.540	8.147	2.689.311	2.779.477
31 a 60	106.933	1.123.709	440.862	314.841	17.167	8.244	5.650	3.825	10.194	2.031.425	2.414.633
61 a 90	180.726	1.164.998	525.107	341.727	16.918	10.222	5.611	3.993	7.341	2.256.643	1.951.981
91 a 180	245.145	3.093.078	1.179.657	868.246	52.307	24.122	16.746	11.966	19.574	5.510.841	6.266.035
181 a 360	543.551	5.070.924	1.746.186	1.727.944	95.049	39.186	23.358	18.857	44.850	9.309.905	9.890.234
Acima de 360	1.773.578	11.866.744	4.508.286	4.837.284	395.759	90.677	56.735	631.994	194.241	24.355.298	23.716.861
Parcelas Vencidas	261	638.964	10.897	4.198	954	2.283	3.482	186	5.785	667.010	529.788
Até 14 dias	261	638.964	10.897	4.198	954	2.283	3.482	186	5.785	667.010	529.788
Subtotal	3.124.223	24.451.931	8.874.904	8.456.631	645.270	185.473	117.508	674.361	290.132	46.820.433	47.549.009
Operações em Curso Anormal											
Parcelas Vincendas	-	-	559.814	824.495	373.884	415.183	166.111	152.627	697.942	3.190.056	4.335.039
01 a 30	-	-	37.677	46.850	22.987	18.154	12.438	12.490	84.280	234.876	320.207
31 a 60	-	-	35.316	39.724	19.163	16.722	10.640	8.213	37.300	167.078	248.933
61 a 90	-	-	39.143	38.290	23.208	18.530	9.007	8.454	38.041	174.673	238.603
91 a 180	-	-	99.736	107.552	53.301	44.506	25.360	24.547	104.607	459.609	663.421
181 a 360	-	-	138.346	170.260	82.254	70.377	46.599	34.518	160.381	702.735	1.048.937
Acima de 360	-	-	209.596	421.819	172.971	246.894	62.067	64.405	273.333	1.451.085	1.814.938
Parcelas Vencidas (a)	-	-	104.185	171.210	202.748	149.246	118.183	107.399	1.015.260	1.868.231	2.375.110
De 0 a 14	-	-	1.376	28.595	14.717	12.413	6.444	4.599	22.198	90.342	168.842
15 a 30	-	-	99.473	49.132	30.068	27.237	22.529	9.368	114.118	351.925	239.559
31 a 60	-	-	3.336	86.187	45.363	26.293	18.746	17.726	55.859	253.510	286.890
61 a 90	-	-	-	5.308	106.330	27.499	14.646	14.326	51.641	219.750	211.691
91 a 180	-	-	-	1.988	6.270	53.394	52.520	55.116	217.598	386.886	471.451
181 a 360	-	-	-	-	-	2.410	3.298	6.264	542.584	554.556	958.468
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	11.262	11.262	38.209
Subtotal	-	-	663.999	995.705	576.632	564.429	284.294	260.026	1.713.202	5.058.287	6.710.149
Total	3.124.223	24.451.931	9.538.903	9.452.336	1.221.902	749.902	401.802	934.387	2.003.334	51.878.720	54.259.158
(+/-) Ajuste ao valor de mercado										(117.630)	97.979
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado										51.761.090	54.357.137

(a) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

f) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão	30.06.2015			30.06.2014				
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional	Provisão Existente
AA	0,0%	3.124.223	-	-	-	4.765.235	-	-	-
A	0,5%	24.451.931	(122.260)	-	(122.260)	27.801.571	(139.008)	-	(139.008)
B	1,0%	9.538.903	(95.389)	-	(95.389)	8.603.999	(86.040)	-	(86.040)
C	3,0%	9.452.336	(283.570)	-	(283.570)	6.582.880	(197.486)	-	(197.486)
D	10,0%	1.221.902	(122.190)	-	(122.190)	1.402.678	(140.268)	-	(140.268)
E	30,0%	749.902	(224.970)	-	(224.970)	693.714	(208.114)	-	(208.114)
F	50,0%	401.802	(200.901)	-	(200.901)	825.738	(412.869)	-	(412.869)
G	70,0%	934.387	(654.071)	(117.696)	(771.767)	1.362.402	(953.681)	(120.200)	(1.073.881)
H	100,0%	2.003.334	(2.003.334)	-	(2.003.334)	2.220.941	(2.220.941)	-	(2.220.941)
Total		51.878.720	(3.706.685)	(117.696)	(3.824.381)	54.259.158	4.358.407	(120.200)	(4.478.607)
(+/-) Ajuste ao valor de mercado		(117.630)				97.979			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado		51.761.090				54.357.137			

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos com característica de concessão de crédito.

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Saldo inicial	4.261.607	4.616.869
Reforço / (reversão)	1.202.858	1.602.991
Provisão mínima requerida	1.205.306	1.484.228
Provisão adicional	(2.448)	118.763
Baixas para prejuízo	(1.640.084)	(1.741.253)
Saldo final	3.824.381	4.478.607

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	30.06.2015	30.06.2014
Até 1 ano	(a) 252.455	522.273
De 1 a 5 anos	5.702	116.881
Total Valor Presente	(b) 258.157	639.154

(a) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

(b) Inclui os títulos e créditos a receber apresentados em "Outros créditos".

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Receitas de Arrendamento Mercantil	485.728	866.781
Arrendamento financeiro	286.820	528.504
Depreciação / Amortização de bens arrendados	(91.202)	(183.104)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	13.949	12.017
Lucro na alienação de bens arrendados	276.161	509.364
Despesas de Arrendamento Mercantil	(443.517)	(789.290)
Arrendamento financeiro	(443.517)	(789.290)
Total	42.211	77.491

j) Concentração das Operações de Crédito

	30.06.2015	% da carteira	30.06.2014	% da carteira
Maior devedor	976.959	1,89%	685.393	1,26%
10 Maiores devedores	4.185.233	8,09%	3.728.066	6,86%
20 Maiores devedores	5.675.752	10,97%	5.155.230	9,48%
50 Maiores devedores	8.667.961	16,75%	7.787.631	14,33%
100 Maiores devedores	11.053.435	21,35%	10.064.609	18,52%

k) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No 1º semestre de 2015, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 99.430 (R\$ 41.622 no 1º semestre de 2014), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 16.353 (R\$ 29.425 no 1º semestre de 2014), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de junho de 2015 foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 26.173 (R\$ 79.860 em 30 de junho de 2014), registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas - Credores diversos - no País.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Saldo das coobrigações com cessões de crédito	30.06.2015	30.06.2014
Instituições financeiras - Partes relacionadas	781.703	2.974.621
Outras instituições financeiras	-	46.633
Total	781.703	3.021.254

l) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas e fundos de investimento em direitos creditórios, dos quais o Banco Votorantim e a BV Financeira detêm 100% das cotas subordinadas, demonstrados abaixo:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida (a)	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida (a)
Instituições financeiras - Partes relacionadas	15.004.455	17.014.966	10.715.432	12.440.216
Ajuste a mercado - Cessões de crédito	-	-	(7.357)	-
Total	15.004.455	17.014.966	10.708.075	12.440.216

(a) Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões.

No Conglomerado, no semestre findo em 30 de junho de 2015, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 1.966.081 (R\$ 1.635.688 no semestre findo em 30 de junho de 2014) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 1.440.133 (R\$ 1.101.776 no semestre findo em 30 de junho de 2014).

Na controlada BV Financeira, no semestre findo em 30 de junho de 2015, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 233.755, sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 7.220 reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

Na controlada BV Financeira, no semestre findo em 30 de junho de 2014, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 1.699.294, sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 53.192 reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Conglomerado não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

m) Informações Complementares

	30.06.2015	30.06.2014
Créditos contratados a liberar	1.818.889	1.439.477
Montante de créditos aditados/renegociados no período	3.324.408	1.970.281
Montante de créditos recuperados, baixados como prejuízo	(a) 317.065	342.459
Garantias prestadas	9.343.530	10.147.509

(a) Registrado no resultado nas Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil e Resultado de Operações de Câmbio, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	30.06.2015	30.06.2014
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 24e)	6.731.783	6.462.844
Devedores por depósitos em garantia (Nota 27c)	1.046.519	825.518
Operações com cartão de crédito (Nota 9a)	652.149	533.495
Operações em recuperação judicial homologada	588.478	-
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	60.462	27.883
Impostos e contribuições a compensar	187.731	375.496
Impostos e contribuições a recuperar	11	167
Prêmios sobre créditos vinculados às operações adquiridas em cessão	16.209	10.633
Devedores diversos - no País	471.311	226.247
Valores a receber de sociedades ligadas	831	648
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao BACEN	26.311	14.306
Outros	41.387	46.418
Total	9.823.182	8.523.655
Ativo circulante	2.991.190	2.360.136
Ativo não circulante	6.831.992	6.163.519

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Composição

	30.06.2015	30.06.2014
Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	1.280.201	1.124.262
Direitos sobre vendas de câmbio	867.748	597.348
(Adiantamentos em moeda nacional/ estrangeira recebidos)	(117.101)	(31.082)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	30.677	18.690
Total	2.061.525	1.709.218
Ativo circulante	2.060.591	1.707.735
Ativo não circulante	934	1.483
Outras Obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	(856.263)	(584.004)
Obrigações por compras de câmbio	(1.180.790)	(1.136.189)
(Adiantamentos sobre contrato de câmbio)	674.019	734.968
Valores em moedas estrangeiras a pagar	(12)	-
Total	(1.363.046)	(985.225)
Passivo circulante	(1.363.046)	(985.225)
Carteira líquida de câmbio	698.479	723.993
Contas de Compensação		
Créditos abertos para importação	21.334	27.578

b) Resultado de Operações de Câmbio

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Rendas de câmbio	1.224.090	846.924
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.309	1.275
Despesas de câmbio	(991.257)	(879.481)
Resultado de operações de câmbio	236.142	(31.282)

12. OUTROS VALORES E BENS

	30.06.2015	30.06.2014
Bens não de Uso Próprio	155.058	126.101
Veículos e afins	102.672	105.774
Imóveis	49.672	17.063
Bens em regime especial	1.562	3.042
Máquinas e equipamentos	1.152	222
Material em Estoque	1.300	1.839
Subtotal	156.358	127.940
(Provisão para desvalorização)	(a) (33.050)	(30.256)
Despesas Antecipadas	518.916	749.874
Despesas de seguros	676	735
Despesas de processamento de dados	1.963	10.454
Comissões por intermediação de operações	(b) 478.312	618.635
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.456	9.673
Despesas de serviços técnicos especializados	2.015	3.028
Direito de usufruto de ações	27.707	103.457
Outras	3.787	3.892
Total	642.224	847.558
Ativo circulante	170.816	176.489
Ativo não circulante	471.408	671.069

(a) O Consolidado reconheceu, no 1º semestre de 2015, reversão de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 324 (R\$ 842 no 1º semestre/2014).

(b) Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito e de arrendamento mercantil concedidos incorridos na sua originação.

As operações de crédito originadas no primeiro semestre de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram dois terços da remuneração paga aos correspondentes reconhecidos no ativo, correspondendo ao montante de R\$ 103.881 em 30 de junho de 2015. No primeiro semestre de 2015 foi reconhecida despesa no montante de R\$ 46.720 referente ao reconhecimento antecipado da remuneração de correspondentes, registrado na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

13. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas Participações em Controladas

	Saldo contábil 31.12.2014	Movimentações 1º Semestre/2015		Saldo contábil		Resultado equivalência
		Dividendos/ Outros eventos	Resultado equivalência	30.06.2015	30.06.2014	1º Semestre/2014
No País	238.026	(142.601)	77.051	172.476	165.374	75.201
Não consolidadas (a)	238.026	(142.601)	77.051	172.476	165.374	75.201

(a) Inclui participações nas empresas não financeiras Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. e BV Investimentos e Participações S.A.

b) Outros Investimentos

	30.06.2015	30.06.2014
Investimentos por incentivos fiscais	104.547	104.628
Títulos patrimoniais	176	176
Ações e cotas	6	6
Outros	130	130
Total	104.859	104.940
(Imparidade acumulada)	(43.784)	(43.394)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

14. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	1º Semestre/2015		30.06.2015		30.06.2014	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Instalações	40.133	2.308	(2.997)	57.632	(18.188)	39.444	40.406
Móveis e equipamentos de uso	28.926	(1.307)	(2.080)	55.666	(30.127)	25.539	30.330
Sistema de comunicação	3.384	36	(363)	13.020	(9.963)	3.057	3.355
Sistema de processamento de dados	19.652	9.322	(4.676)	105.749	(81.451)	24.298	13.746
Sistema de segurança	1.089	(4)	(94)	2.398	(1.407)	991	1.168
Sistema de transporte	337	77	(73)	1.265	(924)	341	394
Imobilizações em curso	3	-	-	3	-	3	-
Total	93.524	10.432	(10.283)	235.733	(142.060)	93.673	89.399

15. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	30.06.2015	30.06.2014
Bens Arrendados	769.697	2.109.008
Veículos e afins	641.310	1.944.752
Máquinas e equipamentos	110.397	138.956
Móveis	3.379	1.903
Instalações	501	1.497
Sistemas de processamento de dados	14.110	21.900
Superveniências de Depreciações	173.251	1.213.279
Depreciação Acumulada	(577.671)	(1.712.723)
Diferido	19.487	24.299
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943
Amortização acumulada do diferido	(12.640)	(12.644)
Total	384.764	1.633.863

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (superveniência / insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota 4g, apresentando a seguinte posição:

	30.06.2015	30.06.2014
Valor presente	398.733	1.680.468
Credores por antecipação do valor residual	139.792	1.041.314
Valor presente das operações de arrendamento	258.941	639.154
(-) Valor contábil das operações	225.482	467.189
Arrendamentos a receber - recursos internos	270.877	589.592
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(260.926)	(572.507)
Valores residuais a realizar	151.678	1.149.306
Valores residuais a balancear	(151.678)	(1.149.306)
Títulos e créditos a receber	4.018	29.520
Bens arrendados	769.697	2.109.008
Depreciação acumulada de bens arrendados	(577.671)	(1.712.723)
Perdas em arrendamentos a amortizar	32.127	36.943
Amortização acumulada do diferido	(12.640)	(12.644)
(=) Aumento do Ativo Permanente (Superveniência de Depreciação)	173.251	1.213.279

c) Depreciação Acumulada

	30.06.2015	30.06.2014
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(577.671)	(1.712.723)
(-) Superveniência de depreciação	173.251	1.213.279
=) Depreciação Acumulada	(404.420)	(499.444)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

16. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	1º Semestre/2015				30.06.2015			30.06.2014	
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização Acum.	Imparidade acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
SISBEX BM&FBOVESPA	-	-	-	-	-	200	-	(200)	-	-
Software adquiridos	8.364	8.370	(1)	(2.624)	(322)	27.627	(7.303)	(6.537)	13.787	4.418
Licenças de uso	25.489	13.966	(42)	(6.482)	-	61.791	(28.860)	-	32.931	11.272
Acordos por direitos de comercialização	1.585	1	-	(376)	-	5.000	(3.790)	-	1.210	1.960
Softwares desenvolvidos internamente	4.284	1.847	(1.793)	(296)	-	29.903	(8.484)	(17.377)	4.042	22.949
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80
Total	39.722	24.184	(1.836)	(9.778)	(322)	124.521	(48.437)	(24.114)	51.970	40.679

b) Estimativa de Amortização

	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019	Total
Valores a amortizar	16.279	25.831	6.476	1.073	2.311	51.970

17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	30.06.2015	30.06.2014
Depósitos à Vista	78.453	164.981
Pessoas físicas	16.207	19.710
Pessoas jurídicas	62.199	145.203
Vinculados	40	46
Instituições do sistema financeiro	7	22
Depósitos Interfinanceiros	1.771.197	2.024.963
Depósitos a Prazo	3.184.258	3.688.338
Moeda nacional	2.037.234	3.561.939
Moeda estrangeira	1.147.024	126.399
Total	5.033.908	5.878.282
Passivo circulante	3.532.212	4.369.076
Passivo não circulante	1.501.696	1.509.206

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	30.06.2015	30.06.2014
Depósitos à vista	78.453	-	-	-	-	-	78.453	164.981
Depósitos interfinanceiros	-	410.067	264.045	81.944	51.652	963.489	1.771.197	2.024.963
Depósitos a prazo	-	1.713.435	1.066.212	378.264	12.947	13.400	3.184.258	3.688.338
Total	78.453	2.123.502	1.330.257	460.208	64.599	976.889	5.033.908	5.878.282

c) Captações no Mercado Aberto

	30.06.2015	30.06.2014
Carteira Própria	21.427.610	21.691.151
Títulos privados - Debêntures	14.252.420	15.841.015
Letras Financeiras do Tesouro	95.978	200.004
Letras do Tesouro Nacional	3.603.612	3.503.159
Notas do Tesouro Nacional	3.132.500	1.976.038
Títulos privados - Outros	343.100	170.935
Carteira de Terceiros	6.307.448	3.731.343
Letras Financeiras do Tesouro	4.529.170	-
Letras do Tesouro Nacional	1.638.151	3.706.363
Notas do Tesouro Nacional	140.127	24.980
Carteira de Livre Movimentação	201.654	408.130
Total	27.936.712	25.830.624
Passivo circulante	27.926.243	23.244.475
Passivo não circulante	10.469	2.586.149

d) Despesas com Operações de Captação no Mercado

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Despesas de Captações com Depósitos	(227.035)	(427.650)
Depósitos a prazo	(132.253)	(297.388)
Depósitos interfinanceiros	(94.782)	(130.262)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(1.644.618)	(1.400.883)
Carteira própria	(1.263.975)	(1.296.486)
Carteira de terceiros	(352.439)	(57.153)
Carteira de livre movimentação	(28.204)	(47.244)
Despesas de Captação de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(2.056.115)	(1.077.647)
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	(22.808)	(13.686)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(156.413)	(117.808)
Letras financeiras	(1.053.758)	(844.368)
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior	(817.809)	(10.716)
Debêntures	(162)	(85.667)
Certificado de Operações Estruturadas	(1.697)	(190)
Outras	(3.468)	(5.212)
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	(56.645)
Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior	(794.474)	(8.687)
Total	(4.722.242)	(2.971.512)

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Empréstimos

	Até 90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	30.06.2015	30.06.2014
No País	-	1.912	-	-	1.912	5.725
Em moeda estrangeira	-	1.912	-	-	1.912	5.725
No exterior	799.040	1.645.935	621.318	62.052	3.128.345	1.598.294
Tomados junto a banqueiros no exterior	757.315	1.514.601	621.318	62.052	2.955.286	1.215.344
Exportação	26.453	90.038	-	-	116.491	318.409
Importação	15.272	41.296	-	-	56.568	64.541
Total	799.040	1.647.847	621.318	62.052	3.130.257	1.604.019
Passivo circulante					2.446.887	1.602.129
Passivo não circulante					683.370	1.890

b) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

Programas	Taxas de Atualização	30.06.2015	30.06.2014
Tesouro Nacional		58.196	80.736
Pré-fixado	5,5% a 6,5% a.a.	58.109	80.736
Pós-fixado	Selic	87	-
BNDES		1.842.389	2.199.357
Pré-fixado	de 0,70% a.a. a 7,00% a.a.	702.897	756.853
Pós-fixado	de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA de 0,50% a.a. a 4,00% a.a. + TJLP de 1,30% a.a. a 2,50% a.a. + Selic	1.049.673	1.369.330
Com variação cambial	de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial	89.819	73.174
FINAME		1.789.107	1.776.039
Pré-fixado	de 0,30% a.a. a 8,50% a.a.	1.679.485	1.599.663
Pós-fixado	de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP de 1,70% a.a. a 8,00% a.a. + SELIC	109.622	176.298
Com variação cambial	de 0,90% a 1,40% a.a. + variação cambial	-	78
Total		3.689.692	4.056.132
Passivo circulante		1.098.091	1.338.885
Passivo não circulante		2.591.601	2.717.247

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Resultado de Obrigações por Empréstimos	(18.551)	41.006
Resultado de Obrigações por Repasses	(108.017)	(100.413)
Tesouro Nacional	(2.995)	(1.996)
BNDES	(77.221)	(67.771)
FINAME	(27.801)	(30.646)
Resultado de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(a) (247.073)	9.675
Total	(373.641)	(49.732)

(a) Inclui variação cambial sobre Empréstimos e Repasses no exterior.

19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

CAPTAÇÕES	Moeda	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	30.06.2015	30.06.2014
Debêntures						281	1.507.283
Pós-fixado	R\$	380	100,00% do DI	04/2011	04/2016	281	1.507.283
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário						426.619	520.922
Pré-fixado	R\$	5.200	12,10% a 12,90% a.a.	11/2014	03/2017	5.445	-
Pós-fixado	R\$	404.250	88,00% a 100,00% do DI	04/2014	08/2019	420.515	520.922
Pós-fixado	R\$	630	5,03% a 6,40% a.a. + IPCA	02/2015	03/2017	659	-
Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio						3.050.264	2.495.813
Pré-fixado	R\$	31.636	11,76% a 13,52% a.a.	02/2014	01/2021	32.525	4.696
Pós-fixado	R\$	2.830.627	85,00% a 98,50% a.a. do DI	12/2007	12/2022	3.004.803	2.491.117
Pós-fixado	R\$	13.337	3,65% a 6,66% a.a. + IPCA	07/2014	06/2017	12.936	-
Letras Financeiras						13.017.719	12.801.692
Pré-fixado	R\$	707.965	8,95% a 14,65% a.a.	07/2011	02/2024	836.325	768.939
Pós-fixado	R\$	10.436.196	104,00% a 112,02% do DI	06/2011	04/2019	11.745.565	11.546.980
Pós-fixado	R\$	339.303	3,17% a 7,42% a.a. + IPCA	01/2012	09/2021	422.480	377.247
Pós-fixado	R\$	11.867	3,67% a 5,90% a.a. + IGPM	09/2013	06/2016	13.349	12.358
Pós-fixado	R\$	30.000	109,30% da Selic	04/2012	04/2015	-	96.168
Operações estruturadas						-	30.567
Pré-fixado	R\$	30.378	11,25% a.a.	06/2014	06/2015	-	30.567
Obrigações por TVM no Exterior						7.196.608	6.104.336
Pré-fixado	R\$	911.207	6,25% a 19,77% a.a.	10/2009	07/2020	1.115.570	1.193.034
Pós-fixado	R\$	4.097	86,00% a 101,40% do DI	02/2012	02/2017	4.649	4.136
Com variação cambial	USD	2.098.160	0,22% a 5,53% a.a. + variação cambial	09/2006	06/2020	6.072.932	4.907.166
Com variação cambial	EUR	1.000	No Coupon + variação cambial	01/2015	07/2015	3.457	-
Total						23.691.491	23.460.613
Passivo circulante						13.342.789	12.800.989
Passivo não circulante						10.348.702	10.659.624

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30.06.2015	30.06.2014
Obrigações legais (Nota 27d)	4.387	11.149
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	492.024	318.240
Provisão para demandas fiscais (Nota 27a)	(a) 42.930	655.264
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	(a) 169.012	-
Impostos e contribuições a recolher	68.315	56.671
Passivo fiscal diferido (Nota 24d)	196.755	505.923
Total	973.423	1.547.247
Passivo circulante	260.668	683.300
Passivo não circulante	712.755	863.947

(a) Em agosto de 2014 foram incluídos na anistia da Receita Federal, proveniente da reabertura da Lei nº 11.941/2009, os débitos de IRPJ/CSLL sobre a dedutibilidade da COFINS depositados judicialmente. Foi protocolada a desistência dos processos judiciais que discutem os assuntos e aguarda-se a conversão de parte do depósito judicial em renda da União e consequente levantamento do valor anistiado. Os valores provisionados em contas de passivos contingentes foram revertidos integralmente e foi contabilizado o montante equivalente à parte do depósito a ser levantado pela União na conta de Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.

b) Dívidas Subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	30.06.2015	30.06.2014
Certificado de Depósitos Bancários					-	2.271.091
Pós-fixado	1.290.000	de 1,64% a 1,67% a.a. + CDI	08/2009	12/2014	-	2.136.413
Pós-fixado	69.500	de 7,86% a 8,00% a.a. + IPCA	08/2009	08/2014	-	134.678
Nota Subordinada					4.049.103	2.803.932
Com variação cambial	USD 1.150.000	7,38% a.a. + variação cambial	01/2013	01/2020	4.049.103	2.803.932
Letras Financeiras Subordinadas					2.449.791	2.487.516
Pós-fixado	1.475.250	de 1,28% a 1,91% a.a. + CDI de 114,00% a 119,00% do DI	11/2010	06/2022	1.508.888	1.687.492
Pós-fixado	187.200	de 6,60% a 7,57% a.a. + IGPM	05/2011	10/2017	287.155	257.675
Pós-fixado	449.112	de 6,84% a 8,09% a.a. + IPCA	05/2011	02/2023	653.748	542.349
Total					6.498.894	7.562.539
Passivo circulante					-	2.271.091
Passivo não circulante					6.498.894	5.291.448

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data da captação	Vencimento	30.06.2015	30.06.2014
Letras Financeiras Subordinadas					669.531	113.733
Pós-fixado	423.881	de 1,72% a 2,16% a.a. + CDI de 116,00% a 119,00% do DI	01/2014	04/2022	483.664	52.904
Pós-fixado	125.092	7,32% a 8,63% a.a. + IPCA	11/2013	05/2030	149.759	60.829
Pré-fixado	35.000	14,52% a.a. a 15,11% a.a.	04/2015	05/2022	36.108	-
					669.531	113.733
Passivo não circulante					669.531	113.733

d) Diversas

	30.06.2015	30.06.2014
Obrigações de operações vinculadas a cessões	(a) 17.014.966	12.440.216
Obrigações por aquisição de bens e direitos	564	258
Provisão para pagamentos a efetuar	465.208	415.284
Provisões para demandas cíveis (Nota 26a)	325.632	337.305
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 26a)	1.033.360	876.887
Valores a pagar sociedades ligadas	44	236
Credores diversos - no exterior	1.874	2.734
Credores diversos - no País	731.138	644.088
Operações com cartão de crédito	653.479	531.414
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	1.924.351
Outras	851	16
Total	20.227.116	17.172.789
Passivo circulante	10.778.046	9.566.252
Passivo não circulante	9.449.070	7.606.537

(a) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

21. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Administração de fundos	51.586	51.356
Cobrança	1.500	2.304
Comissões sobre colocação de títulos	22.897	21.195
Corretagens de operações em Bolsa	7.181	5.907
Rendas de serviços de custódia	1.087	728
Rendas de garantias prestadas	58.458	71.469
Transações de cartão de crédito	31.984	22.228
Comissão de corretagem de seguros	7.828	7.994
Assessoria financeira	4.617	3.299
Outros serviços	23.653	23.487
Total	210.791	209.967

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Rendas de tarifas bancárias

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Confecção de cadastro	129.359	113.441
Transferência de recursos	197	284
Avaliação de bens	84.922	89.211
Rendas de cartão de crédito	36.381	30.484
Outras	1.025	2.141
Total	251.884	235.561

c) Despesas de Pessoal

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Honorários de diretores e conselheiros	(8.769)	(7.871)
Benefícios	(64.936)	(63.907)
Encargos sociais	(96.551)	(90.148)
Proventos	(282.268)	(274.589)
Demandas trabalhistas	(175.947)	(196.446)
Treinamentos	(1.160)	(1.503)
Total	(629.631)	(634.464)

d) Outras Despesas Administrativas

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Água, energia e gás	(3.185)	(1.835)
Aluguéis	(40.707)	(53.774)
Comunicações	(37.723)	(34.038)
Manutenção e conservação de bens	(8.942)	(8.303)
Material	(2.601)	(492)
Processamento de dados	(88.441)	(87.840)
Promoções e relações públicas	(2.495)	(2.403)
Propaganda e publicidade	(1.115)	(1.190)
Publicações	(613)	(798)
Seguros	(749)	(1.995)
Serviços do sistema financeiro	(52.011)	(71.392)
Serviços de terceiros	(4.171)	(7.748)
Serviços de vigilância e segurança	(983)	(1.463)
Serviços técnicos especializados	(192.881)	(143.936)
Transportes	(6.457)	(8.225)
Viagens	(5.798)	(4.915)
Emolumentos judiciais e cartorários	(48.328)	(64.550)
Amortização	(11.122)	(6.963)
Depreciação	(10.283)	(9.390)
Outras	(42.296)	(25.777)
Total	(560.901)	(537.027)

e) Outras Receitas Operacionais

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Recuperação de encargos e despesas	611	493
Variação cambial de investimentos no exterior	185.809	(42.954)
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	40.586	878
Atualização de depósitos em garantia	39.393	22.525
Variação monetária ativa	7.077	17.824
Ressarcimento de custos associados	414	2.349
Reversão de provisão para remuneração variável	-	162.069
Outras	93.110	85.257
Total	367.000	248.441

f) Outras Despesas Operacionais

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Custos associados a produção - Parceiros comerciais	(a) (289.364)	(262.606)
Custos associados à produção - Outras despesas	(15.624)	(26.473)
Demandas cíveis e fiscais	(7.431)	(59.435)
Indenizações cíveis	(91.935)	(106.043)
Provisão para perdas - Fianças não honradas e outros riscos	(71.174)	(25.012)
Despesas de Juros (adesão REFIS)	(20.236)	-
Outras	(33.454)	(64.230)
Total	(529.218)	(543.799)

(a) Referem-se principalmente às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

22. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	1º Semestre/ 2015	1º Semestre/ 2014
Receitas não operacionais	25.410	167.623
Investimentos por incentivos fiscais	(a) -	157.116
Lucro na alienação de valores e bens	8.635	10.462
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	6.282	45
Outras receitas não operacionais	10.493	-
Despesas não operacionais	(42.907)	(25.877)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(19.719)	(13.778)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(416)	(2.416)
Perdas de Capital	(7.804)	(1.181)
Desvalorização de outros valores e bens	(3.862)	(8.502)
Outras despesas não operacionais	(11.106)	-
Total	(17.497)	141.746

(a) Refere-se ao ganho apurado pelo Conglomerado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S.A..

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 7.483.754 (7.125.761 em 30 de junho de 2014) está representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal. O aumento do Capital Social foi aprovado e homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de fevereiro de 2014.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2015, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social mediante a incorporação da reserva especial de lucros no valor de R\$ 357.993, sem a emissão de novas ações, homologado pelo Banco Central do Brasil em 14 de maio de 2015.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	1º Semestre/2015				1º Semestre/2014			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos Disponíveis para venda								
Banco Votorantim	(211.298)	(38.069)	15.253	(234.114)	(199.508)	101.762	(29.653)	(127.399)
Agência no exterior	(11.328)	19.093	-	7.765	349	31.635	-	31.984
Controladas	(104.497)	48.565	(19.426)	(75.358)	(158.040)	82.854	(33.142)	(108.328)
Total	(327.123)	29.589	(4.173)	(301.707)	(357.199)	216.251	(62.795)	(203.743)

24. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Valores correntes	(171.713)	(318.567)
IR e CSLL no País - Corrente	(167.872)	(318.306)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	(3.841)	(261)
Valores Diferidos	217.108	251.325
Passivo fiscal diferido	137.089	257.654
Marcação a mercado	54.594	119.738
Superveniência de depreciação	82.495	137.916
Ativo fiscal diferido	80.019	(6.329)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(67.067)	30.368
Diferenças temporárias	33.026	88.510
Marcação a mercado	114.060	(125.207)
Total	45.395	(67.242)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Resultado antes dos tributos e participações	330.208	449.959
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	(132.083)	(179.984)
Resultado de participação em controladas e coligadas	30.820	30.079
Participação de empregados no lucro	42.939	34.072
Outros Valores	103.719	48.591
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	45.395	(67.242)

c) Despesas Tributárias

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Cofins	(150.451)	(145.669)
ISSQN	(24.398)	(21.601)
PIS	(24.587)	(22.408)
Outras	(14.382)	(45.037)
Total	(213.818)	(234.715)

d) Passivo Fiscal Diferido

	30.06.2015	30.06.2014
Decorrentes de superveniência de depreciação de operações de arrendamento mercantil	43.313	303.321
Marcação a mercado	153.442	202.602
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	196.755	505.923
Imposto de Renda	139.214	429.948
Contribuição Social	57.541	75.975

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2014	1º Semestre/2015	30.06.2015	30.06.2014
	Saldo	Movimentação Líquida do Período	Saldo	Saldo
Diferenças temporárias	5.405.751	159.349	5.565.100	5.594.568
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	3.846.459	117.969	3.964.428	3.685.276
Provisões Passivas	952.200	(53.038)	899.162	1.561.155
Marcação a mercado (a)	585.899	95.515	681.414	294.264
Outras provisões	21.193	(1.097)	20.096	53.873
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.251.111	(84.428)	1.166.683	868.276
Total dos Créditos Tributários Ativados	6.656.862	74.921	6.731.783	6.462.844
Imposto de Renda	4.354.834	34.730	4.389.564	4.257.272
Contribuição Social	2.302.028	40.191	2.342.219	2.205.572

(a) A parcela de R\$ 224.945 (do total de R\$ 681.414) corresponde ao crédito tributário decorrente de Ajuste a Valor de Mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrado em conta de Patrimônio Líquido.

Não Ativado

	30.06.2015	30.06.2014
Crédito Tributário no exterior	9.382	6.021
Total dos Créditos Tributários não Ativados	9.382	6.021
Imposto de Renda	5.864	3.763
Contribuição Social	3.518	2.258

Em 30 de junho de 2015, o saldo não constituído de crédito tributário é de R\$ 9.382 (R\$ 6.021 em 30.06.2014), o qual será registrado quando atender aos aspectos regulatórios e apresentar efetiva perspectiva de realização.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 1º semestre de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2015	619.809	579.285
Em 2016	1.377.201	1.205.213
Em 2017	1.033.206	801.000
Em 2018	1.052.573	729.528
Em 2019	893.468	552.744
A partir de 2020	1.755.526	749.776
Total de Créditos Tributários	6.731.783	4.617.546

No semestre findo em 30 de junho de 2015, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Votorantim no montante de R\$ 133.532 (R\$ 238.181 em 2014), correspondente a 45% (94% em 2014) da respectiva projeção de utilização para todo o ano-calendário de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intertemporais (b)
Em 2015	(c) 5%	10%
Em 2016	9%	23%
Em 2017	12%	16%
Em 2018	10%	17%
Em 2019	5%	14%
A partir de 2020	59%	20%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

- (b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações);
- (c) Projeção de consumo do crédito tributário para o 2º semestre de 2015.

25. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco Votorantim, formado pela Diretoria, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Honorários	8.702	7.775
Gratificações	25.463	18.606
Encargos sociais	10.316	7.732
Total	44.481	34.113

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração.

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim Participações, sendo deste as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A. que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há também contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

No primeiro semestre de 2014, o Banco Votorantim efetuou a venda de títulos e valores mobiliários (ações de companhias fechadas) classificadas na categoria disponível para venda, para a controlada BV Financeira, apurando resultado não realizado líquido de impostos e contribuições no valor de R\$ 27.630, eliminado no processo de consolidação do conglomerado financeiro.

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2015, o Conglomerado, por meio de sua controlada BV Financeira, realizou cessões de crédito com retenção substancial de risco com parte relacionada. A soma dos valores presentes totalizou R\$ 6.632.066 (R\$ 3.877.833 em 30 de junho de 2014). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

30.06.2015							
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da administração (c)	Outras (d)	Total
Ativos							
Disponibilidades	2.324	-	-	-	-	-	2.324
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	7.768.807	-	19.087.812	-	-	-	26.856.619
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	449	9.825	30.735.201	-	304	891.512	31.637.291
Outros créditos	15.759	1.376	30.547	10	6.672	145	54.509
Passivos							
Depósitos à vista	(104)	(1.114)	(4.370)	(243)	(84)	(6)	(5.921)
Depósitos a prazo	-	(45.862)	(5.527)	(157.187)	(266)	-	(208.842)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(379.294)	-	-	-	(379.294)
Obrigações por operações compromissadas	(15.273)	(605.338)	(32.462)	-	(525)	-	(653.598)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(271.286)	-	-	(14.286)	-	(285.572)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	(5.250)	(26.717.331)	-	-	-	(26.722.581)
Outras obrigações	(17.027.914)	(126)	(1.892)	(45)	-	-	(17.029.977)
1º Semestre/2015							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	525.501	6.904	1.651.354	-	52	69.026	2.252.837
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(5.695)	(38.944)	(26.155)	(10.500)	(871)	-	(82.165)

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30.06.2014						Total
	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Controladas financeiras (a)	Controladas não financeiras (b)	Pessoal chave da administração (c)	Outras (d)	
Ativos							
Disponibilidades	4.219	-	-	-	-	-	4.219
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3.532.135	-	27.406.482	-	-	-	30.938.617
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	32.704	9.833	26.159.293	-	-	1.409.569	27.611.399
Outros créditos	198.464	3	20.373	28	-	-	218.868
Passivos							
Depósitos à vista	-	(2.547)	(2.561)	(94)	(13)	-	(5.215)
Depósitos a prazo	-	(6.704)	(12.761)	(147.093)	(36.648)	-	(203.206)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(383.024)	-	-	-	(383.024)
Obrigações por operações compromissadas	(292.148)	(295.300)	(18)	-	-	-	(587.466)
Obrigações por empréstimos e repasses	(10.671)	-	-	-	-	-	(10.671)
Instrumentos financeiros derivativos	(49.033)	(11.072)	(22.599.077)	-	-	-	(22.659.182)
Outras obrigações	(12.628.684)	-	(2.980)	(228)	(5)	(711.218)	(13.343.115)
1º Semestre/2014							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	635.386	150.092	1.366.782	-	-	127.610	2.279.870
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(6.141)	(8.243)	(308.503)	(9.055)	(1.903)	-	(333.845)

- (a) Empresas relacionadas na Nota Explicativa nº 3 identificadas no item (1).
(b) Inclui BVIP - BV Investimentos e Participações S.A., BVIA - BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A.
(c) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal
(d) Em 2015 inclui BVIA FIP, FIDCs I e VI; e para 2014 inclui BVIA FIP, FIDC I,II e VI

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o novo Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados e diretores do Conglomerado.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas “ações virtuais”) da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No primeiro semestre de 2015 foram reconhecidos no resultado, em Despesas de Pessoal - Proventos R\$ 77.625 (R\$ 93.365 no primeiro semestre de 2014) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores do Conglomerado, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão, considerando-se que os titulares estejam empregados no Conglomerado durante o período, cuja liquidação ocorre em espécie.

No primeiro semestre de 2015, ocorreram pagamentos no valor de R\$ 36.284, sendo R\$ 27.652 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012 e R\$ 8.632 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013.

Em 30 de junho de 2015, o Conglomerado registrou na rubrica de Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar o montante de R\$ 222.637 (R\$ 121.841 em 30 de junho de 2014).

Cálculo do valor justo

No primeiro semestre de 2015, o Conglomerado concedeu 133.568.900 (56.283.522 em 30 de junho de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

27. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações Trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Ações de Natureza Cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis - Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, o Conglomerado constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Demandas fiscais		
Saldo inicial	71.557	573.264
Constituições	82	45.516
Reversão da provisão	(22.858)	(3.473)
Baixa por pagamento	(7.734)	(1.023)
Atualização monetária	1.883	40.980
Saldo final	42.930	655.264
Demandas cíveis		
Saldo inicial	324.967	327.696
Constituições	59.734	87.058
Reversão da provisão	(37.739)	(44.972)
Baixa por pagamento	(50.690)	(49.503)
Atualização monetária	29.360	17.026
Saldo final	325.632	337.305
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	961.854	751.257
Constituições	219.315	172.494
Reversão da provisão	(a) (110.545)	(61.129)
Baixa por pagamento	(a) (86.480)	(32.989)
Atualização monetária	49.216	47.254
Saldo final	1.033.360	876.887
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.401.922	1.869.456

(a) As reversões e baixas das contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

Cronograma esperado de desembolsos

	30.06.2015		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	1.033.360	42.150	325.632
De 5 a 10 anos	-	780	-
Total	1.033.360	42.930	325.632

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

b) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Banco. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

		30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	(a)	1.094.196	779.019
Demandas Cíveis	(b)	34.037	20.593
Demandas Trabalhistas	(c)	1.215.280	1.383.852
Total		2.343.513	2.183.464

- (a) No Consolidado referem-se basicamente: a) IRPJ/CS sobre equivalência patrimonial de investimentos no exterior R\$ 216.638 (R\$ 203.515 em 30 de junho de 2014); b) INSS sobre PLR R\$ 222.952 (R\$ 151.582 em 30 de junho de 2014); c) IRPJ de excesso de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 97.303 (R\$ 109.968 em 30 de junho de 2014); d) ISS R\$ 10.768 (R\$ 10.762 em 30 de junho de 2014); e) INSS sobre Participações nos Lucros e Resultados - Nassau Branch R\$ 37.841 (R\$ 46.247 em 30 de junho de 2014); f) PIS / COFINS sobre desmutualização R\$ 35.096 (R\$ 33.316 em 30 de junho de 2014); g) IRPJ/CS sobre compensação indevida de prejuízo fiscal - Gratificações a diretores estatutários R\$ 26.354 (R\$ 25.022 em 30 de junho de 2014); h) IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 R\$ 96.402 (R\$ 92.229 em 30 de junho de 2014); i) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 120.204; j) CSLL - Exclusão Indevida na BC de Juros de Títulos de Governos Estrangeiros R\$ 116.014; k) IRPJ/CSLL - Exclusão indevida de ágio na aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros (2010) R\$ 20.097; Exclusão dos Juros - Títulos Governos Estrangeiros: Autos de Infração lançando valores de CSLL do ano de 2009 (em 12/2014) e de 2010 (em 05/2015), referente a juros auferidos com os Títulos de Governos Estrangeiros (Dinamarca, Espanha e Áustria) excluídos da sua base de cálculo; Amortização do Ágio na Aquisição de Títulos de Governos Estrangeiros Auto de infração decorrente de ajustes no Lucro Líquido para apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os quais não consideraram os lançamentos de amortização do ágio nas contas de Rendias, acarretando uma exclusão a maior do que o efetivamente foi levado ao resultado, como Rendias de Juros sobre Títulos no Exterior, em R\$ 28.442.756,76. Valor glosado e lançados de ofício os valores de R\$ 10.772 mil de IRPJ (R\$ 10.822 em 06/2015) e R\$ 9.233 mil de CSLL (R\$ 9.276 em 06/2015).
- (b) No Consolidado referem-se, basicamente, às ações de cobrança.
- (c) No Consolidado referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2015	30.06.2014
Demandas Fiscais	639.193	584.261
Demandas Cíveis	187.563	103.026
Demandas Trabalhistas	219.763	138.231
Total	1.046.519	825.518

d) Obrigações Legais

O Conglomerado mantém registrado em contas de específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 4.387 (R\$ 11.149 em 30 de junho de 2014 relativo às seguintes ações:),

d.1) PIS LC 07/70 - BV Financeira S.A. CFI

A BV Financeira S.A. - CFI impetrou Mandado de Segurança visando o reconhecimento ao direito líquido e certo de recolher a contribuição para o PIS na forma do disposto na Lei Complementar nº 7/70, no período compreendido entre 01.07.1997 até 90 dias antes da publicação da Emenda Constitucional nº 17/97. Ademais, requereu-se que, para o período posterior (de março/1998 a dezembro/1999), referida contribuição fosse recolhida sobre a receita bruta operacional.

Atualmente, o Mandado de Segurança está suspenso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, aguardando o STF proferir decisão em recurso representativo de controvérsia, decisão esta que deverá ser replicada em todos os casos que versem sobre a mesma matéria e que estejam pendentes de julgamento perante o Poder Judiciário.

Para referido processo temos o montante de R\$ 671 (R\$ 649 em 30 de junho de 2014).

d.2) ISS Sobre Garantias Prestadas - Banco Votorantim S.A.

O Banco Votorantim ajuizou Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária cumulada com Repetição de Indébito, na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos.

Como o pedido de tutela antecipada foi indeferido pelo juiz de primeiro grau, o Banco passou a realizar mensalmente o depósito judicial dos valores discutidos, com vistas a suspender a exigibilidade do crédito tributário. Atualmente, aguarda-se a prolação de Sentença.

Para referido processo temos o montante de R\$ 3.716.

e) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.547, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital

(ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada de forma consolidada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital consolidado considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do capital (Patrimônio de Referência) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal).

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);

Banco Votorantim S.A.
Demonstrações Contábeis Consolidadas - Conglomerado Prudencial
Semestre findo em 30 de junho de 2015
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Financeiro, e o Conglomerado Prudencial a partir de 01/01/2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Para fins de comparação, são apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia tanto para o Conglomerado Financeiro quanto para o Conglomerado Prudencial.

Índice de Basileia	30.06.2015		30.06.2014
	Prudencial	Financeiro	Financeiro
PR - Patrimônio de Referência	10.967.143	10.967.143	11.052.446
Nível I	7.105.058	7.105.058	7.256.196
Capital Principal	7.105.058	7.105.058	7.256.196
Patrimônio Líquido	7.847.066	7.847.066	7.586.575
Ajustes Prudenciais	(742.008)	(742.008)	(330.379)
Ativos diferidos	(40.110)	(40.110)	(47.635)
Outros	(699.555)	(699.555)	(282.744)
Ajustes ao valor de mercado	(2.343)	(2.343)	-
Nível II	3.862.085	3.862.085	3.796.250
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	3.862.085	3.862.085	3.796.250
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013	639.883	639.883	113.733
Dívidas subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/2013 (a)	3.222.202	3.222.202	3.682.517
(b)			
Recursos captados no exterior	1.884.476	1.884.476	2.153.687
Recursos captados com CDB	272.451	272.451	311.374
Recursos captados com Letras Financeiras	1.065.275	1.065.275	1.217.456
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	73.786.152	74.196.521	73.118.652
Risco de Crédito (RWACPAD)	66.292.634	66.262.838	66.708.807
Risco de Mercado (RWAMPAD)	3.086.678	3.086.678	2.247.878
Risco Operacional (RWAOPAD)	4.406.840	4.847.005	4.161.967
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (c)	8.116.477	8.161.617	8.043.052
Capital Principal Mínimo Requerido (d)	3.320.377	3.338.843	3.290.339
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido (e)	4.427.169	4.451.791	4.021.526
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	189.986	-	157.653
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.850.666	2.805.526	3.009.394
Margem sobre o Capital Mínimo Requerido	3.784.681	3.766.215	3.965.857
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido	2.677.889	2.653.267	3.234.670
Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido incluído RBAN	2.660.680	2.805.526	2.851.741
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	9,63%	9,58%	9,92%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	9,63%	9,58%	9,92%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,86%	14,78%	15,12%

- (a) Os Instrumentos autorizados pelo BACEN a compor o PR conforme Resolução CMN nº 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/2013 sofrerão decaimento de 10% ao ano, de 2013 a 2022, sobre os valores que compunham o PR em 31.12.2012.
- (b) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunha o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o decaimento de 10%, conforme determina a Resolução CMN nº 4.192/2013.
- (c) Corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a:
- a. 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015.
 - b. 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016.
 - c. 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017.
 - d. 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018.
 - e. 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.
- (d) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.
- (e) Representa o mínimo de 5,5% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2014, e de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

	Financeiro	
	30.06.2015	30.06.2014
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	(16.907)	(746)
Ajuste Prudencial VII Créditos Tributários de Diferença Temporária	(232.223)	(168.250)
Ajuste Prudencial VIII - Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa	(450.426)	(113.749)
Ajuste Prudencial IX - Ativos Diferidos	(40.110)	(47.635)
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	(2.343)	-
Total	(742.009)	(330.380)

g) Índice de Imobilização

A partir de 2015, o índice de imobilização passou a ser exigido apenas para o Conglomerado Prudencial, totalizando 3,30% em 30 de junho de 2015, sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

Em 30 de junho de 2014 o índice de imobilização foi apurado a partir de Conglomerado Financeiro totalizando 3,44%.

Limite de imobilização	Prudencial	Financeiro
	30.06.2015	30.06.2014
Limite para imobilização	5.483.570	5.526.222
Valor da situação para o limite de imobilização	362.284	380.440
Valor da margem ou insuficiência	5.121.286	5.145.782

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no *website*: www.bancovotorantim.com.br/ri.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2015 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins; Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

c) Nova parceria comercial com o Banco do Brasil

O Banco Votorantim S.A. ("BV") e o Banco do Brasil S.A. ("BB") aprovaram em 12/08/2014 uma parceria para a ampliação da capacidade comercial e de prospecção de novos negócios por correspondentes bancários, visando ganhos de eficiência operacional e especialização em Crédito Consignado. Esta parceria prevê a utilização de subsidiária integral vinculada ao BV, que atuará como promotora de vendas e gestora da rede de correspondentes negociais.

Os órgãos reguladores aprovaram a efetivação do negócio conforme regulamentação vigente.

d) Lei 13.097/2015 (Medida Provisória nº 656/2014)

A Lei 13.097, de 20.01.2015 (conversão da MP 656/2014), alterou os valores dos limites para fins dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos inadimplidos a partir de 08.10.2014 (data de publicação da MP). Para as operações inadimplidas até 07.10.2014, prevalecem os limites anteriores.

e) Informações de filiais e controladas no exterior

	30.06.2015	30.06.2014
Ativo	8.423.313	4.471.634
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	8.347.306	4.372.575
Outras controladas	76.007	99.059
Total do Ativo	8.423.313	4.471.634
Passivo	(7.098.477)	(3.519.740)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(7.094.461)	(3.486.784)
Outras controladas	(4.016)	(32.956)
Patrimônio líquido	(1.324.836)	(951.894)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	(1.252.845)	(885.791)
Outras controladas	(71.991)	(66.103)
Total do Passivo	(8.423.313)	(4.471.634)
	1º Semestre/2015	1º Semestre/2014
Lucro/(Prejuízo)	41.375	(2.469)
Banco Votorantim S.A. - Nassau Branch	40.605	5.937
Outras controladas	770	(8.406)

f) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

g) MP 675/2015

Em 21 de maio de 2015 foi editada a Medida Provisória nº 675 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades, de 15% para 20%. Essa MP entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2015. O Conglomerado aguardará a conversão da MP 675/2015 em Lei para uma análise quanto aos impactos dessa MP nas Entidades do Conglomerado, em função de possíveis emendas à MP que podem ser propostas pelo Congresso Nacional.
